

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - MDHC

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (CONATRAE)

1 No dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi
2 realizada a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
3 (CONATRAE). Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Andréia Figueira Minduca,
4 Coordenadora-Geral de Combate ao Trabalho Escravo – Substituta/MDHC; Ana Luisa Zago de
5 Moraes, Diretora do DEPDDH/MDHC e Coordenadora Substituta da CONATRAE; Francisco
6 Coullanges Xavier, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
7 (MDS); Isadora Brandão Araújo da Silva, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos
8 Humanos/MDHC e Coordenadora da CONATRAE; Henrique Oliveira dos Santos, Ministério da
9 Justiça e Segurança Pública (MJSP); Luís Henrique Ramos Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego
10 (MTE); Kátia de Carvalho Cavalcanti, Secretária da CGCTE; Renata Machado dos Santos Gomes,
11 Assessora da CGCTE; e Maria Teresa, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).
12 Representantes de Entidades Privadas Não Governamentais: Carlos Eduardo Chaves Silva,
13 Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (CONTAR); Andre
14 Doster, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Luiz Fabiano
15 de Oliveira Rosa, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Xavier Jean Marie
16 Plassat, Comissão Pastoral da Terra (CPT). Membros Observadores: Alexandre Noberto Canuto,
17 SEDESE/MG; Antônio César, AMB; Ebenezer, VERITÉ; Edmundo Lima, ABVTEX; Fátima
18 Pereira, Secretaria Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC); Fernanda
19 Carvalho, OIT; Ludmila Paiva, CARITAS/RJ; Leonardo Ribeiro Santana, PRF; Haman Córdova,
20 DPU; Italvar Filipe de Paiva Medina, MPT; Maria Cláudia Falcão, OIT; Mauricio Krepsky, MPT;
21 Natalia Suzuki, Repórter Brasil; Vera Jatobá, SINAIT; Victoria, Repórter Brasil; Welber Pereira dos
22 Santos, CNA; Wilson Corrêa de Araújo. COETRAEs: Wellington Luis Xavier, COETRAE/RJ.
23 Outros participantes: Luana, ASCOM/SEDIHPOP; Marina Fernandes, SEDESE/MG; Thaiany

24 Motta, PROJAI-RJ; Yasmim França, PROJAI-RJ; Luiz Paulo, MIR. Dando início aos trabalhos,
25 seguiu-se ao Item 1. Abertura: A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes, Coordenadora Substituta da
26 CONATRAE, realizou a abertura da reunião cumprimentando e dando boas-vindas a todos.
27 Verificada a existência de quórum, passou-se ao Item 2. Aprovação da Ata de 25/01/2023 (CGCTE).
28 O Sr. Xavier Jean Marie Plassat, Comissão Pastoral da Terra (CPT), observou que havia um erro de
29 digitação na linha 116, solicitando a sua correção. Não havendo mais retificações, a Ata foi
30 considerada aprovada pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, passou-se ao Item 3. Elaboração
31 de proposta de alteração do decreto instituidor da CONATRAE para prever a ampliação da
32 participação social e de órgãos governamentais, após o término dos mandatos vigentes
33 (CONATRAE). A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes informou que foram realizadas algumas
34 provocações decorrentes da necessidade de ampliação da composição e da representatividade da
35 CONATRAE, o qual foi objeto de provocação da reunião extraordinária realizada no mês atual.
36 Abrindo às manifestações, o Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva, Confederação Nacional dos
37 Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (CONTAR), ponderou que já havia destacada a
38 necessidade de iniciar a discussão desse tema respeitando os instrumentos já existentes e questionou
39 se a decisão sobre a revisão da composição já estaria tomada, uma vez que, em sua opinião, a
40 CONATRAE deveria discutir e deliberar sobre esse tema. A Sra. Ana Luisa Zago de Moraes afirmou
41 que a composição da Comissão Nacional não seria uma decisão imposta pelo governo, visto que seria
42 realizada uma construção coletiva. Explicou que seria uma decisão do Colegiado pautar ou não essa
43 discussão e caso seja favorável, seria discutida a metodologia de elaboração da proposta de
44 composição, inclusive, pela sociedade. Com a palavra, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat pontuou que
45 não haveria óbices em relação à necessidade de ampliação das representações na CONATRAE,
46 todavia, deveriam discutir qual seria o procedimento adequado para possibilitar a participação efetiva
47 das representações a fim de que traga interlocução e efetividade para o trabalho. O Sr. Luiz Fabiano
48 de Oliveira Rosa, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), endossou a manifestação
49 do Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva e relatou que havia um posicionamento pela não alteração do
50 regimento interno. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva arrazoou que era favorável a repensar a
51 formatação da CONATRAE e sugeriu, como encaminhamento, que o debate do tema fosse suspenso

52 momentaneamente para que os membros efetivos definissem a metodologia de trabalho. De posse da
53 palavra, o Sr. Itálar Filipe de Paiva Medina, Ministério Público do Trabalho (MPT), informou que
54 a posição do MPT seria no sentido de que era urgente a reanálise da composição da CONATRAE,
55 ampliando a participação da sociedade civil e do próprio governo federal. Alegou que a composição
56 atual não era ideal e não possibilitava a participação da sociedade civil nas definições das políticas
57 públicas e relatou que, em seu entendimento, o debate não deveria ser adiado, tendo em vista a
58 finalização do mandato dos atuais membros. Sugeriu que fosse instituído grupo de trabalho (GT) para
59 elaboração da proposta que contemplasse a sociedade civil interessada a participar do debate. Diante
60 das manifestações, a Sra. Ana Luisa Zago de Moraes propôs que fosse realizado processo de votação
61 sobre o início ou não da discussão sobre a composição da CONATRAE. O Sr. Carlos Eduardo Chaves
62 Silva insistiu em sua proposta, uma vez que o MPT não poderia apresentar sugestão. Afirmou que era
63 favorável à alteração da composição, todavia, seguindo critérios legais. A Sra. Ana Luisa Zago de
64 Moraes ponderou que o tema poderia ser retirado de pauta e retomado quando houvesse maior
65 amadurecimento, entretanto, observou que não havia nenhuma violação ao regimento interno iniciar
66 essa discussão no âmbito da própria CONATRAE. O Sr. Luís Henrique Ramos Lopes, Ministério do
67 Trabalho e Emprego (MTE), concordou que o tema não deveria ser discutido nesse momento para
68 que houvesse amadurecimento e o Sr. Haman Córdova, Defensoria Pública da União (DPU),
69 compreendeu que o propósito do item de pauta era entender se haveria o consenso ou não em relação
70 à necessidade de alteração da composição para que, posteriormente, fosse iniciado o debate. A Sra.
71 Ana Luisa Zago de Moraes salientou que havia orientação e solicitações para ampliação da
72 participação social nos colegiados devido à redução do número de membros, principalmente, das
73 entidades da sociedade civil. Afirmou que não havia nenhuma orientação para alterar a composição
74 sem dialogar com o próprio Colegiado e ponderou que, se houver o consenso de que não seria o
75 momento adequado para discussão, nada impedia que fosse apresentada proposta. O Sr. Luiz Paulo
76 reafirmou a solicitação do Ministério da Igualdade Racial (MIR) para compor a CONATRAE e
77 lembrou que foi encaminhado pela Secretária Nacional Isadora Brandão Araújo da Silva, na reunião
78 extraordinária da CONATRAE, a inclusão desse ponto de pauta nessa reunião, a qual reforçou a
79 necessidade de cumprimento de todos os requisitos legais, bem como ventilou a possibilidade de

80 participação do MIR na condição de convidado permanente até deliberação posterior. O Sr. Xavier
81 Jean Marie Plassat pontuou que havia um consenso amplo em relação à necessidade de iniciar um
82 processo de recomposição da Comissão respeitando os princípios do regimento interno. A Sra. Natalia
83 Suzuki, Repórter Brasil, concordou com as demais manifestações de que o formato da CONATRAE
84 merece discussão, mas externou a sua preocupação com a possibilidade de paralização das discussões
85 políticas necessárias. Externadas todas as opiniões e manifestações, deliberou-se pela retirada do item
86 de pauta considerando as manifestações executadas. Ato contínuo, passou-se ao Item 4.
87 Regulamentação do artigo 243 da Constituição Federal que prevê o confisco propriedades rurais e
88 urbanas de qualquer região do país onde for identificada a exploração de trabalho escravo
89 (CONATRAE) - Projeto de Lei nº 5970, de 2019 - Senador Randolfe Rodrigues (CONTAR). O Sr.
90 Carlos Eduardo Chaves Silva informou que houve audiência no período da manhã sobre o referido
91 projeto de lei, sobre a qual ainda não tiveram informações sobre o seu resultado e explicou que ainda
92 seria necessário levantar algumas informações, sugerindo retirar o item de pauta. O Sr. Luiz Fabiano
93 de Oliveira Rosa registrou que ainda não havia uma posição referente ao projeto lei e endossou a
94 proposta de retirada do item de pauta. Retirado o item de pauta, passou-se ao Item 5. Divulgação de
95 operações de combate ao trabalho escravo (CONTAR). O Sr. Italvar Filipe de Paiva Medina discorreu
96 que as divulgações antecipadas das operações de combate ao trabalho escravo têm gerado prejuízos
97 aos trabalhos desenvolvidos, exemplificando. Apelou para que houvesse respeito às decisões das
98 equipes locais em relação à divulgação das forças tarefas e externou a sua preocupação quanto ao
99 acompanhamento de ações fiscais por repórteres, destacando a necessidade de consulta prévia aos
100 órgãos que participam da operação antes de envio da equipe jornalística. O Sr. Luís Henrique Ramos
101 Lopes lembrou que esse tema foi comentado na reunião extraordinária e destacou a necessidade de
102 elaborar um protocolo de comunicação das ações fiscais para que fossem divulgadas as informações
103 corretas. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat observou que esse ponto poderia ser resolvido no âmbito
104 da própria força tarefa e sugeriu que esse assunto fosse finalizado e definido o protocolo de
105 comunicação proposto. Com a palavra, a Sra. Andréia Figueira Minduca, Coordenadora-Geral de
106 Combate ao Trabalho Escravo – Substituta/MDHC, compreendeu que seria necessário retomar o
107 debate sobre o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo e que seria relevante

108 estabelecer um protocolo de comunicação, envolvendo as entidades que participavam das operações.
109 Registrada a chegada da Coordenadora da CONATRAE, Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva, a
110 qual deu início a condução dos trabalhos cumprimentando a todos e abrindo novamente o momento
111 para manifestações. A Sra. Andréia Figueira Minduca questionou se haveria alguma proposta para
112 efetivação da construção do protocolo de comunicação. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva relatou
113 que, em sua opinião, não havia a necessidade de construir GT, uma vez que seria um item a ser tratado
114 pelo governo. O Sr. Alexandre Noberto Canuto, SEDESE/MG, apresentou a experiência de Minas
115 Gerais em relação às operações fiscais. O Sr. Haman Córdova destacou que a DPU possui interesse
116 de participar desse alinhamento e sugeriu que houvesse uma mediação por parte do MDHC.
117 Colocadas todas as posições sobre o tema, deliberou-se pela criação de GT mediado pelo MDHC,
118 composto por MDS, MPT, Auditoria Fiscal do Trabalho, DPU, PF, PRF, Cáritas, COETRAE/MG e
119 tendo como convidado o MPF, para construção do protocolo de comunicação. Na sequência, passou-
120 se ao Item 6. Enfrentamento do trabalho escravo nas Terras Yanomami (CONTAR). Com a palavra,
121 o Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva explicou que solicitou a inclusão desse item de pauta para que
122 pudesse consultar se as missões realizadas à Terra Yanomami também possuíam foco no aspecto do
123 trabalho escravo. Em resposta, Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva esclareceu que houve relatos da
124 existência de trabalhos análogos ao de escravo na segunda missão realizada à Terra Yanomami,
125 todavia, por se tratar de relatos genéricos com poucos elementos não foi possível dar os
126 encaminhamentos necessários. O Sr. Alexandre Noberto Canuto comentou que seria importante ter
127 um diálogo com os núcleos de tráfico de pessoas ou com a coordenação nacional que trata desse
128 assunto. A Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva informou que estava sendo construído um GT sobre
129 esse tema no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no qual participaria como
130 representante do MDHC. Prosseguindo, passou-se aos Itens 7. Discussão Empresas e Direitos
131 Humanos no Combate ao Trabalho Escravo (MDHC) e 8. Diagnóstico do II Plano Nacional para
132 Erradicação do Trabalho Escravo, com vistas à construção do III PNETE (MDHC). A Sra. Isadora
133 Brandão Araújo da Silva informou que o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania
134 trouxe a tarefa para a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDDH)
135 de elaborar um diagnóstico do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, inclusive,

136 como um processo importante para a coleta de subsídios orientadores para elaboração do próximo
137 plano. Diante desse aspecto, consultou aos membros se seria pertinente contemplar esse diagnóstico
138 por meio da CONATRAE. Informou também que foi criada uma assessoria especial sobre empresas
139 e direitos humanos no âmbito do MDHC vinculada ao gabinete, a qual, em sua opinião, a
140 CONATRAE poderia ser uma instância importante de contribuição ao debate que seria enfrentado
141 por essa assessoria para construção de um marco regulatório. Abrindo aos debates, o Sr. Carlos
142 Eduardo Chaves Silva inferiu que seria interessante pensar na construção do III Plano Nacional,
143 inclusive, para incorporar alguns temas e aspectos, como o aspecto racial e de gênero e o movimento
144 sindical. A Sra. Natalia Suzuki comentou que já foi elaborado um diagnóstico do II Plano Nacional
145 que poderia ter os seus resultados considerados e endossou que a CONATRAE deveria focar nas
146 discussões políticas, como a construção do III Plano Nacional. Sugeriu que fosse criada uma comissão
147 executiva para elaboração de metodologia desse plano caso houvesse a intenção de lançá-lo nesse
148 mandato. Com relação à discussão empresas e direitos humanos, solicitou que fosse disponibilizadas
149 as discussões já realizadas dentro do MDHC para que fosse realizado um alinhamento com os
150 instrumentos já existentes. A Sra. Maria Cláudia Falcão ponderou que a discussão sobre a construção
151 de um novo plano poderia ser iniciada a partir do diagnóstico já elaborado e entendeu que era
152 fundamental a discussão sobre empresas e direitos humanos. Colocou a Organização Internacional
153 do Trabalho (OIT) à disposição para contribuir com o processo e trazer as experiências internacionais.
154 Recordou que foi publicado decreto com as diretrizes nacionais de empresas e direitos humanos,
155 questionando se houve algum avanço nesse aspecto. A Sra. Renata Machado dos Santos Gomes,
156 Assessora da CGCTE, explicou que o Decreto nº 9571, que estabeleceu as diretrizes nacionais sobre
157 empresas e direitos humanos, tentou estabelecer algumas articulações com as confederações
158 patronais, agências reguladoras e empresas estatais para o levantamento de boas-práticas e, que foi
159 estabelecida uma parceira com a União Europeia para a realização de ciclos de debates sobre a devida
160 diligência. Informou que estava em voga o PL nº 572 justamente para trazer uma responsabilização
161 das empresas e que havia uma discussão sobre o desenvolvimento do Plano Nacional de Ação sobre
162 Empresas e Direitos Humanos, prerrogativa internacional das Nações Unidas e da Organização para
163 a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Acrescentou que foi elaborado o Plano de

164 Ação em Conduta Empresarial Responsável coordenado pelo Ministério de Indústria,
165 Desenvolvimento e Comércio. Discorreu que não foi instituído o comitê e que a institucionalidade
166 sobre o tema estava sendo criada com o Ministro Silvio Almeida. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat
167 solicitou que os documentos existentes sobre o tema fossem compartilhados para conhecimento e Sr.
168 Carlos Eduardo Chaves Silva sugeriu que a próxima reunião da CONATRAE fosse realizada durante
169 todo o dia para que pudessem resgatar os trabalhos já realizados referentes aos dois itens de pauta
170 para aprofundamento no período da manhã e apreciar os demais encaminhamentos no período da
171 tarde. A Sra. Andréia Figueira Minduca relatou que havia uma avaliação e um monitoramento do II
172 Plano Nacional e recordou que foi decidido pela maioria pela não elaboração de diagnóstico com
173 objetivo de construir o III Plano Nacional tendo em vista o momento enfrentado anteriormente.
174 Registradas todas as posições, deliberou-se, como encaminhamento, pela realização da próxima
175 reunião durante todo o dia com período da manhã dedicado as pautas da CONATRAE e o período da
176 tarde para realização de oficina para resgate dos trabalhos executados. Em seguida, passou-se ao Item
177 9. Seminário "Trabalho Escravo Doméstico, a atuação da assistência social" (MDS). De posse da
178 palavra, o Sr. Francisco Coullanges Xavier, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
179 Família e Combate à Fome (MDS), informou que foi realizada a 2ª Reunião do Grupo de Discussão
180 (DG) Trabalho Escravo no âmbito Doméstico, na qual se discutiu muito sobre o dia 27 de abril - Dia
181 do Trabalhador Doméstico e sugeriu que fosse realizada alguma atividade conjunta nesse dia. A Sra.
182 Isadora Brandão Araújo da Silva inferiu que seria interessante utilizar essa data para pautar o tema e
183 informar dos trabalhos realizados e informou que, na audiência pública realizada no Senado neste
184 dia, o Sr. Renato Bignami fez contato e solicitou que fosse realizada ação para divulgação do filme
185 "Pureza". Discorreu que foi aventado a realização de campanha para chamar atenção para esse tema
186 em decorrência do dia 8 de março – Dia das Mulheres e foi previsto um trabalho de capacitação dos
187 atendentes do Disque 100, os quais não avançaram devido à existência de várias ações para a data.
188 Explanou que os ministérios que não conseguiram fazer as suas ações no dia 8 de março estavam
189 retomando as propostas e sugeriu, talvez, juntar essas ações para que fosse realizada uma atividade
190 relevante para o dia 27 de abril. O Sr. Francisco Coullanges Xavier observou que a capacitação das
191 unidades de acolhimento seria uma demanda urgente da assistência social, especialmente, em relação

192 ao trabalho escravo doméstico e propôs que a ação que for realizada também fosse considerada para
193 a mobilização das redes de acolhimento. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat recordou que a CPT teve
194 uma história em comum com o filme “Pureza” e questionou se o evento proposto para o dia 27 seria
195 presencial ou virtual. Em resposta, a Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva relatou que, em sua
196 opinião, o evento deveria ser presencial para aproveitar a presença da atriz Dira Paes e dos ministros
197 e ponderou que a Coordenação e a Secretaria Nacional poderiam assumir a organização do evento,
198 assim como a elaboração de campanhas nas redes sociais. Com relação à capacitação das unidades
199 de acolhimento, pontuou que, talvez, demandasse um aprofundamento maior da proposta pelo GD
200 Trabalho Escravo no âmbito Doméstico. O Sr. Francisco Coullanges Xavier comentou que essa
201 capacitação seria uma demanda interna do MDS e poderiam aproveitar o evento que poderia ser
202 transmitido mesmo sendo presencial. Afirmou que pensaria em proposta para apresentar ao GD ou à
203 CONATRAE. A Sra. Andréia Figueira Minduca externou a sua preocupação com o prazo para
204 realização desse evento, uma vez que poderiam não conseguir a articulação devida e sugeriu que fosse
205 realizado o seminário junto com a assistência social para o dia 27 de abril e o evento com o filme
206 “Pureza” no mês seguinte para melhor organização. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva sugeriu que
207 fosse realizada uma abordagem dos desafios enfrentados no combate ao trabalho escravo doméstico
208 no dia 27 de abril. A Sra. Maria Cláudia Falcão propôs que houvesse um diálogo com a Federação
209 Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) que possui muito conteúdo relacionado ao
210 tema que poderia ser exibido durante o evento e ponderou que o Cine Brasília seria um local ideal
211 para exibição do filme “Pureza” e de outros trabalhos. A Sra. Yasmim França, PROJAI-RJ, registrou
212 que no estado do Rio de Janeiro foram realizados vários resgates de trabalho escravo doméstico e
213 uma dessas trabalhadoras possui o desejo de publicar a sua história por meio de livro, questionando
214 como poderiam ter apoio para essa publicação. A Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva relatou que a
215 Preta Rara também foi trabalhadora doméstica e publicou livro pela editora Letramento e poderia ser
216 uma pessoa a ser convidada para algum evento e até para cumprir esse papel de apoio a essa
217 trabalhadora doméstica. Finalizadas as manifestações, deliberou-se, como encaminhamento: 1.
218 Realização de campanhas no âmbito do MDHC e a elaboração de seminário temático, o qual será
219 debatido pelo GD Trabalho Escravo no âmbito Doméstico; 2. Realização de contato da CGCTE com

220 o produtor Sr. Renato Barbieri, Sr. Xavier Jean Marie Plassat e Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva para
221 a coleta de experiências para realização de evento para exibição do filme “Pureza”, para
222 posteriormente convidar alguns atores envolvidos no tema para auxiliar na construção do processo
223 para que houvesse o máximo de adesão. Ato contínuo, passou-se ao Item 10. Informes: A Sra. Fátima
224 Pereira, Secretária Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC), informou que
225 a SNDCA/MDHC estava pensando na possibilidade de elaborar material com informações sobre o
226 trabalho infantil doméstico, chamando atenção para o enfrentamento ao trabalho infantil. A Sra.
227 Andréia Figueira Minduca informou sobre o retorno da Sra. Maria Teresa para recompor a equipe da
228 CGCTE, a qual registrou a sua alegria pelo retorno à CGCTE. Ato contínuo, passou-se ao Item 11.
229 Encerramento: Sem mais nada a tratar, a Sra. Isadora Brandão Araújo da Silva agradeceu a
230 participação de todos, encerrando a Reunião Ordinária da CONATRAE.